

PALATALIZAÇÃO NA ESCRITA: MARCA DE REGIONALISMO NÃO PADRÃO

Mariléia Silva dos Reis (UFS)¹
prof.marileia@gmail.com

José Humberto dos Santos Santana (UFS)²
humbertosantana88@hotmail.com

Evando Marcos dos Santos (UFS)³
evandovascao@hotmail.com

RESUMO: Este estudo investiga, com base na Fonologia de Uso, proposta por Bybee (2003), e em seu modelo representacional, a Teoria de Exemplares (PIERREHUMBERT, 2001), o modo como vem se manifestando o processo de palatalização na produção escrita de crianças que cursam os anos finais da primeira etapa do Ensino Fundamental (fase de aprendizagem final da leitura). Além disso, descreve, com base na Teoria da Variação e Mudança Linguística (LABOV, 2008 [1972]; WEINREICH et al., 2006 [1968]), os fatores linguísticos – classes de palavras, tonicidade da sílaba, contextos fonológicos anterior e posterior – e extralinguísticos – faixa etária, escolaridade e sexo – condicionantes da representação do referido processo. Trata-se da escrita de palavras com representação muito próxima das falas destas crianças, como em “oto” ou “otxo” (para [‘o.tʃʊ]); “pixta” ou “pita” (para [‘pif.tə]); “biscoto” ou “biscotxo” (para [bis.‘ko.tʃʊ]), dentre outras palavras. A palatalização, na perspectiva articulatória, consiste no levantamento da língua em direção à parte posterior do palato duro (SILVA, 2003). Esta descrição procura auxiliar o professor na mediação do processo de automonitoração do aluno, no que diz respeito à frequência de uso da representação da palatalização das consoantes coronais /t/ e /d/ antecedidas de glide /y/, e da sibilante /s/ em coda silábica medial em suas produções textuais escritas, indicando-lhe os contextos fonológicos mais favoráveis à escrita palatalizada, que constitui uma marca de regionalismo não padrão muito estigmatizada no contexto da sala de aula. Tendo em vista a recorrência da palatalização de [t ~ tʃ, d ~ dʒ] e [s ~ ʃ] na fala de crianças itabaianenses (SANTOS, 2014), nesse estudo, adotamos, como *corpus* de análise, produções escritas (preenchimento de lacunas) obtidas de alunos do terceiro ao quinto ano do ensino fundamental que residem e estudam na zona rural do município de Itabaiana (SE). Controlamos as variantes: *representação (presença/ausência de grafemas que marcam, na escrita, a palatalização de /t/, /d/ e /s/ em contextos de motivação linguística) /cancelamento (inserção do grafema “i” antes de /t/ e /d/, e de “s” antes de /t/)*. Os dados foram submetidos à análise estatística do programa GoldVarb X (SANKOFF et al., 2005), a fim de se constatar a frequência relativa e o efeito dos grupos de fatores independentes sobre as referidas variantes. Os resultados evidenciam que o processo de escolarização refreia a representação da palatalização das consoantes em estudo nas produções escritas das crianças: quanto maior o grau de escolaridade do sujeito, menor uso da escrita palatalizada ele o faz. Esta evidência justifica-se pela maturidade cognitiva do educando frente às arbitrariedades do código escrito formal da língua.

¹ Professora do Departamento de Letras de Itabaiana (DLI/UFS), do Programa de Pós-Graduação em Letras e do PROFLETRAS da Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: prof.marileia@gmail.com

² Graduado em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe – Campus Prof. Alberto Carvalho. E-mail: humbertosantana88@hotmail.com

³ Graduado em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe – Campus Prof. Alberto Carvalho. E-mail: evandovascao@hotmail.com

Palavras-chave: Palatalização na escrita; Frequência de uso; Variação linguística; Ensino de língua.

ABSTRACT: This study investigates, based on the Phonology of Use, proposed by Bybee (2003), and on its representational model, the Exemplar Theory (PIERREHUMBERT, 2001), the way as the process of palatalization has been manifesting in the written production of children who attend the final years of first stage of the elementary school (final learning phase of reading). In addition, it describes, based on the Theory of the Variation and Linguistic Change (LABOV, 2008 [1972]; WEINREICH et al., 2006 [1968]), the linguistic factors – classes of words, tone syllable, phonological contexts before and after – and the social factors – age group, educational level, and sex – motivators of the representation of said process. It is the writing of words with very close representation of speaks of these children, as in “oto” or “otxo” (for [’o.tʃʊ]); “pixta” or “pita” (for [’piʃ.tə]); “biscoto” or “biscotxo” (for [bis.’ko.tʃʊ]), among other words. The palatalization, in the articulatory perspective, consists in lifting of the tongue toward back part of the hard palate (SILVA, 2003). This description seeks to help the teacher in mediation of the student's self-monitoring process with regard to frequency of use of the representation of the palatalization of the Coronal consonants /t/ and /d/ – when they're preceded of glide /y/ –, and of the sibilant /S/ at the tail of the syllable on their textual written productions. Of possession of such description, the teacher will indicate well to student the phonological contexts which are more favorable to the palatalized written, which is a much stigmatized nonstandard regional mark in the context of the classroom. In view of the recurrence of palatalization of [t ~ tʃ, d ~ dʒ] and [s ~ ʃ] in speaks of children from Itabaiana, Sergipe (BR) (SANTOS, 2014), in this study, we adopted, as corpus analysis, written productions (gap-filling) obtained from students from the third to the fifth grade of elementary school who reside and study in rural of said municipality. We controlled the variants: *representation (presence/absence of graphemes that mark, in writing, the palatalization of /t/, /d/ and /S/ in contexts of linguistic motivation)/cancellation (insertion of the grapheme “i” before /t/ and /d/, and of “s” before /t/)*. We submitted the data to statistical analysis of the program GoldVarb X (SANKOFF et al., 2005), in order to find the relative frequency, and the effect of groups of independent factors about said variants. The results show that the process of education restrains the representation of the palatalization of consonants in study in the children's written productions: the higher the educational level of the subject, less use of palatalized writing he does. This evidence is justified by the cognitive maturity of educating against the arbitrariness of the formal written code of the language.

KEYWORDS: Palatalization in writing; Frequency of use; Linguistic variation; Language teaching.

1. Introdução

Nas séries/anos iniciais, os primeiros escritos das crianças são comumente marcados pela oralidade, estágio escolar em que a variação da escrita se mostra consideravelmente recorrente nos mais variados contextos fonético-fonológicos e morfossintáticos, manifestos por supressões, modificações e acréscimos de fonemas. Algumas destas marcas são comuns, como: substituição da vogal postônica final “e” por “i” (dente ~ denti), resultante da alteamento (elevação) da vogal média-alta [e] em final de palavras [e > i]; apagamento (apócope) de “r” em coda silábica final (andar ~ andá; vender ~ vendê); monotongação dos ditongos orais decrescentes “ai”, “ei” e “ou” (baixo

~ baxo; beijo ~ bejo; tesouro ~ tesoro); e ditongação antes de “s” ou “z” em coda silábica final (contexto de sibilante) (faz ~ fais; mês ~ meis). Outras, no entanto, são de natureza mais regionalista.

Também conhecidas como marcadores, dialetos geográficos, falares regionais ou simplesmente dialetos (MOLLICA, 2007), as marcas regionais recebem, no âmbito escolar, avaliação positiva ou negativa. As que refletem variantes linguísticas usadas por pessoas oriundas de região subdesenvolvida economicamente, geralmente, são mais estigmatizadas pela escola do que as que refletem variantes faladas por pessoas provenientes de região desenvolvida. A representação da palatalização de [t ~ tʃ] e [d ~ dʒ] antes de glide [y], como em “ôitio”, por exemplo, costuma ilustrar exemplo de marca regional estigmatizada pela escola, pois tal variante é muito recorrente na região Nordeste: “se o Nordeste é ‘atrasado’, ‘pobre’, ‘subdesenvolvido’ ou (na melhor das hipóteses) ‘pitoresco’, então, ‘naturalmente’, as pessoas que lá nasceram e a língua que elas falam também devem ser consideradas assim” (BAGNO, 1999, p. 61). No entanto, a representação da palatalização [s ~ ʃ] em coda silábica, como em “poخته”, por exemplo, consiste em uma marca não tão estigmatizada quanto à das consoantes supracitadas, pois tal variante é muito recorrente na fala de brasileiros oriundos da região Sudeste (região desenvolvida economicamente), sobretudo, do estado do Rio de Janeiro, estado cuja capital homônima goza de elevado prestígio (antiga capital federal).

Considerando o *continuum* de urbanização proposto por Bortoni-Ricardo (2004), em que, em uma das pontas, estão situados os falares rurais mais isolados e, na outra, os falares urbanos que, ao longo do processo sócio-histórico, foram sofrendo influência de codificação linguística como a definição do padrão correto de escrita (ortografia) e do de pronúncia (ortoépia), e a composição de dicionários e gramáticas; os alunos, em cujas produções textuais escritas há maior recorrência de marcas regionais estigmatizadas, geralmente residem e estudam nas zonas rural e rurbana⁴ dos municípios, e são oriundos de famílias com cultura predominantemente oral (que não têm contato estreito com as práticas de leitura e escrita).

⁴ Os grupos rurbanos são formados pelos migrantes de origem rural que preservam muito de seus antecedentes culturais, principalmente no seu repertório linguístico (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 52).

Como a aquisição da modalidade oral da língua se dá de forma espontânea e compulsória,⁵ a criança, quando chega à escola, já domina as variantes linguísticas faladas em seu convívio familiar. O aluno oriundo da zona rural ou rurbana, por conseguinte, quando chega à sala de aula, geralmente usa, com competência, marcadores socialmente estigmatizados, rotulados enfaticamente pela sociedade, que são os estereótipos (LABOV, 2008 [1972], p. 360). Acreditando que a escrita é um reflexo ou extensão da fala, visto que, “para a criança, a escrita assume uma relação biunívoca com a fala, o que não é verdadeiro” (MOLLICA, 1998; SANTANA, 2014), este aluno, ao contrário do de origem urbana, que domina as variantes que gozam de prestígio social, reproduz, com mais frequência, na modalidade escrita, as variantes linguísticas (marcadores regionais) próprias de seu grupo social (comunidade linguística) como “pranta” (rotacismo) e “trabaio” (despalatalização), variantes essas que a escola rotula de “erros”, por serem diferentes da regra única, categórica, imposta pela tradição gramatical normativa, que se baseia exclusivamente nos usos linguísticos dos falantes da elite econômica e intelectual (BAGNO, 2004, p. 9).

Na medida em que o domínio do código escrito está inter-relacionado ao acesso constante às práticas sociais letradas, o educador é levado a realidades distintas no contexto de sala de aula. De um lado, há os alunos provenientes da zona urbana, de classes sociais privilegiadas, de famílias com maior poder aquisitivo e maior acesso às práticas sociais de uso da escrita, convivendo em suas casas, desde cedo, com livros, jornais e revistas manuseados pelos familiares, que, quando chegam à escola, encontram uma continuação de seu modo de vida: via de regra, costumam apresentar mais facilidade de adequar seus escritos à norma padrão. De outro, há os alunos que vivenciam uma situação complementemente oposta: não costumam ver livros circularem em sua casa nem ver seus pais lendo jornal ou revista, ou ainda, muito raramente veem alguém escrevendo (CAGLIARI, 2007, p. 21-22). Estes, certamente, apresentarão maiores dificuldades de aprendizagem do código escrito formal da língua.

⁵ Automatização das pautas perceptuais acústicas e dos padrões fonoarticulatórios da variedade sociolinguística com a qual estiver interagindo a criança normal (SCLIAR-CABRAL, 2003, p. 56).

Se entendemos que a ortografia é firmada pela recorrência à leitura nas suas multimodalidades, e que, em uma sociedade letrada, o uso competente da modalidade escrita é imprescindível para o exercício de diversas atividades sociais e comunicativas em distintos contextos culturais, a escola (espaço de promoção da inclusão social) tem que enfrentar, de início, o desafio de conciliar os dois mundos acima. Caso contrário, os alunos que estudam em escolas rurais continuarão geograficamente e linguisticamente marginalizados e, conseqüentemente, condenados à imobilidade social, pois “o preconceito com relação à falta de intimidade com a escrita ainda constitui um fator determinante de exclusão” (MOLLICA, 2007, p. 22).

No término do segundo ciclo (referente aos dois últimos anos da primeira etapa do ensino fundamental), espera-se que o aluno, além de demonstrar conhecimento de regularidades e de certas irregularidades ortográficas da língua (Brasil.MEC/PCN, 1997, p. 86), já se monitore no que diz respeito à recorrência de marcas fonológicas de sua variedade linguística em suas produções escritas. Na medida em que o aluno proveniente da zona rural não dispõe de instrumentos que lhe assegure a vivência de práticas reais de escrita, é provável que, no transcorrer dessa etapa, adquira (ou não) essa automonitoração de modo mais gradual, assim como as competências esperadas até o 5º ano do Ensino Fundamental, e que são contempladas, por exemplo, na matriz de referência de língua portuguesa da Prova Brasil (cf. Brasil.Inep, 2013, p. 8-9).

Para que esse aluno amplie o grau de automonitoração à incidência de traços de oralidade na escrita, o professor precisa desenvolver e adotar regularmente, em sala de aula, práticas de ensino e reflexão que levem em consideração os contextos (padrões de uso) favorecedores da recorrência, tanto na modalidade oral quanto na escrita, dos processos fonológicos próprios da variedade linguística desse aluno, pois um ensino mais sistematizado auxiliará o alfabetizando a compreender, gradativamente, as diferenças existentes entre fala e escrita, ou melhor, as arbitrariedades do código escrito. Para tanto, o professor precisa assumir a convicção de que a recorrência de marcas regionais na escrita dos alunos residentes na zona rural não constitui “deficiência linguística”, mas “baixo grau de letramento”, e de que as marcas não são “erros”, mas “lacunas” (MOLLICA, 2013), resultantes do precário acesso às práticas

sociais letradas. Além disso, desenvolver atividades⁶ pautadas em estudos linguísticos, sobretudo em sociolinguísticos variacionistas que descrevam grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos favorecedores da representação, na escrita, de regras características de variedades linguísticas estigmatizadas (MOLLICA, 2007).

Tendo em conta que as produções textuais escritas de muitos alunos que cursam o segundo ciclo da alfabetização em escolas públicas do município de Itabaiana – SE apresentam não só marcas de oralidade comuns, mas também de regionalismo não padrão (cf. SANTANA, 2014, 2015), marcas essas que necessitam da mediação do professor com formação linguística, porque algumas são socialmente estigmatizadas e outras não, este artigo se propõe a demonstrar como se dá a representação do processo de palatalização das consoantes coronais [t ~ tʃ, d ~ dʒ] antecedidas de glide [y] (marca regional estigmatizada), e da sibilante [s ~ ʃ] em coda silábica medial (marca regional não estigmatizada) na produção textual escrita de crianças itabaianenses que cursam os três últimos anos da primeira etapa do ensino fundamental em escolas públicas rurais (de povoado), bem como descrever os fatores linguísticos e extralinguísticos condicionantes da recorrência da representação de tal processo na escrita dos referidos sujeitos. Trata-se da escrita de palavras com representação muito próxima das falas destas crianças, como em “oto” ou “otxo” (para *oito* [ˈo.tʃiʊ]), “muntxo” ou “munto” (para *muito* [ˈmũ.tʃiʊ]), “cudado” ou “cudjado” (para *cuidado* [ku.ˈdʒi.a.dɔ]), e em “paxta” ou “pata” (para *pasta* [ˈpaʃ.tə]).

2. Aportes teóricos

Como pressupostos teórico-metodológicos, adotamos a Fonologia de Uso, postulada por Bybee (2003), e seu modelo representacional, a Teoria de Exemplares (PIERREHUMBERT, 2001), que constituem o foco teórico deste estudo; a Teoria da

⁶ No sítio eletrônico *Academia.edu* (<<https://www.academia.edu/21849762/>>), estão disponíveis, para *download*, algumas atividades pedagógicas que trabalham o nível fonético-fonológico (marcas de oralidade comuns e marcas de regionalismo não padrão) com base em estudos sociolinguísticos variacionistas desenvolvidos na Universidade Federal de Sergipe – Campus Prof. Alberto Carvalho, sob orientação da Profa. Dra. Mariléia Silva dos Reis (DLI), e em estudos realizados pela Sociolinguista Maria Cecília Mollica (UFRJ).

Variação e Mudança Linguística, proposta por Weinreich et al. (2006 [1968]), que trata da estrutura e evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala, correlacionando os empregos variáveis da língua a aspectos linguísticos e sociais; e os *Padrões Sociolinguísticos* (LABOV, 2008 [1972]), que descrevem, por meio de métodos quantitativos, o conjunto de fatores extralinguísticos (sociais) condicionante de fenômenos linguísticos em variação.

2.1. Fonologia de Uso e a Teoria de Exemplos

O fenômeno da palatalização constitui um objeto largamente estudado em diversas regiões do país. A maioria desses estudos concentra-se somente em modelos de fonologia tradicional e na Teoria da Variação e Mudança Linguística, proposta por Weinreich et al. (2006 [1968]). Desse modo, tais estudos concentram-se apenas no aspecto social da variação e da mudança linguística, buscando correlatos entre o fenômeno linguístico e as peculiaridades sociais da comunidade investigada. Como lacuna, não consideram as operações mentais envolvidas no armazenamento e no acesso às palavras no léxico mental dos falantes (HAUPT, 2011). Tentando preencher essa lacuna, objetivamos desenvolver um trabalho não só pautado nas teorias supracitadas, mas também baseado na Fonologia de Uso, postulada por Bybee (2003), e em seu modelo representacional, a Teoria de Exemplos.

A opção por essa teoria deu-se pelo fato de acreditarmos que os fenômenos fonéticos não consistem somente em simples variações que podem ser explicadas por meio de variáveis linguísticas e extralinguísticas, mas também em partes inerentes ao léxico e à constituição dos sistemas fonológicos. Adotamos, portanto, uma visão de inter-relação, em que a fonologia de uma língua envolve a distribuição probabilística de variáveis, resultantes dos efeitos de frequência dos itens lexicais armazenados na memória de longo prazo, com todos os seus detalhes fonéticos (HAUPT, 2011). Desse modo, o léxico deixa de ser considerado separadamente da gramática fonológica, e a palavra passa a ser o *locus* da categorização (SILVA, 2004, p. 102).

O modelo da Fonologia de Uso deriva de uma abordagem que visa abarcar todos os subsistemas (fonologia, sintaxe, semântica) em uma teoria da linguagem (HAUPT, 2011, p. 172). Nessa teoria de linguagem, estudar somente as estruturas não é o suficiente, pois:

[...] o foco na estrutura precisa ser complementado com uma perspectiva que inclui mais do que apenas a estrutura, uma visão que inclui dois outros aspectos importantes do fenômeno da linguagem – o conteúdo material ou substância da linguagem e uso da língua (BYBEE, 2003, p. 2, tradução nossa).⁷

Bybee (2003, p. 2) considera a língua um fenômeno complexo que só pode ser entendido, considerando-se a interação de seus componentes com o uso. Dessa maneira, ela afirma que sua teoria, ao contrário das anteriores, detém-se não somente na estrutura da língua, mas em todas as suas interações e usos sociais. Para a autora, o modo como a língua é usada afeta o modo como ela é representada e estruturada. A experiência linguística é fator crucial na organização linguística. Nesse sentido, a experiência organiza o componente fonológico, muito ligado ao léxico e que, por sua vez, é maximizado na medida em que apresenta não somente fonemas, mas também alofones. Uma consequência disso é que as representações lexicais serão múltiplas.

O conteúdo material (ou a substância da língua) se refere à fonética e à semântica. O uso da língua, por sua vez, inclui todo o processamento, assim como as interações sociais. Dessa forma, a frequência com que uma determinada palavra ou estrutura é usada pode ter impacto na sua estrutura fonológica, isto é, a experiência afeta a representação, de modo que a força lexical de uma palavra pode mudar à medida que é mais ou menos usada em diferentes contextos. As representações mentais dos objetos linguísticos, por sua vez, têm as mesmas propriedades das representações mentais de

⁷ “[...] the focus on structure needs to be supplemented with a perspective that includes more than just structure, a view that includes two other important aspects of the language phenomenon – the material content or substance of language, and language use” (BYBEE, 2003, p. 2).

outros objetos e são categorizadas da mesma forma. Essa categorização é baseada em similaridades em diferentes níveis (HAUPT, 2011, p. 172).

Nessa perspectiva, a palavra é a unidade de estocagem, e a estrutura de uma palavra emerge de conexões que ela mantém com outras palavras do léxico e com outros níveis de organização (semântico, fonético, morfológico, etc.). Tais conexões são manifestas em esquemas: conjunto de palavras que possuem padrões similares de conexões semânticas e fonológicas das quais emergem generalizações. As regularidades linguísticas são expressas por meio desses esquemas emergentes: tais regularidades e similaridades entre os itens são usadas para estruturar a estocagem (FONTES MARTINS, 2003, p. 4).

Sendo assim, considerando os princípios apresentados por Bybee (2003), assumimos que o uso real das unidades linguísticas interage com a substância, ou seja, com a forma e o sentido, agindo sobre a estruturação mental da língua. Desse modo, o uso repetido de uma consoante palatalizada em detrimento de uma consoante não palatalizada acarretará mudança na representação mental das palavras em que ocorre. É com base nesse pressuposto que discutimos, partindo da análise dos dados, como se estabelecem as redes de similaridade fonética e semântica entre as palavras com consoantes coronais palatalizadas e que generalizações podem emergir delas.

Outro aspecto que difere a Fonologia de Uso das teorias fonológicas anteriores é a consideração do fator frequência, que só pode ser avaliado em uma teoria que leve em consideração o uso (BYBEE, 2003, p. 10). No que tange à Fonologia de Uso e às variações e mudanças sonoras, a autora define duas categorias de frequência: a frequência de ocorrência (*token frequency*) e a frequência tipo (*type frequency*). A primeira, o maior determinante de produtividade, refere-se à ocorrência de determinado item lexical (geralmente uma palavra) em um *corpus*, enquanto a última está associada à produtividade de determinado padrão (um padrão de acento, um afixo, uma desinência ou um som, por exemplo) no léxico. A frequência de ocorrência promove o fortalecimento e a conservação de formas irregulares e idiomáticas, bem como as mudanças fonéticas e semânticas, atingindo primeiramente palavras muito frequentes,

quando foneticamente motivadas, e as menos frequentes, quando tiverem motivações não fisiológicas (PHILLIPS, 2001). Segundo Phillips (ibid.), as mudanças foneticamente motivadas, ou seja, aquelas que têm base na fisiologia da fala, atingem, em primeiro lugar, as palavras mais frequentes. Dentre esses fenômenos, destacam-se os casos de redução, apagamento e assimilação (HAUPT, 2011, p.173).

A palatalização, nosso objeto de estudo, trata-se de um caso de assimilação, uma variação de superfície fonética. Os estudos variacionistas evidenciam que esse fenômeno é condicionado por motivação fonética, pois os contextos favorecedores são aqueles em que as consoantes coronais /t/ e /d/ são seguidas de vogal /i/ ou antecidas de glide palatal /y/, e aqueles em que a sibilante /S/ em coda silábica é seguida de consoante coronal /t/. Tendo em conta que as mudanças fonéticas atingem primeiramente os itens lexicais mais frequentes e foneticamente motivados, as palavras em que essas consoantes são antecidas ou seguidas de tais contextos têm maior probabilidade de serem palatalizadas, como: *muito* (adv. ou adj.) [ˈmũ.tʃũ], *oito* (num.) [ˈo.tʃũ] e *esta* (pron. dem. f.) [ˈɛʃ.tə].

A frequência tipo, por sua vez, assegura que uma determinada construção seja usada frequentemente, fortificando seu esquema representacional e tornando-a mais acessível para o uso em novos itens. Em relação ao fenômeno da palatalização, realizamos um levantamento dos padrões relativos aos fatores estruturais citados nos estudos variacionistas – tonicidade, posição da sílaba em que se encontra a consoante, contextos fonológicos seguinte e anterior à consoante – que poderá auxiliar-nos no entendimento da representação do referido fenômeno na modalidade escrita da língua.

Bybee (2003) apresenta outro efeito da frequência: segundo ela, os itens frequentes, paradoxalmente, desencadeiam mudanças de forma e significado e, ao mesmo tempo, preservam formas em nível morfossintático. Isso ocorre porque os efeitos de processamento resultam na automatização da fala *versus* os efeitos de armazenamento. Desse modo, estruturas morfológicas de palavras e propriedades sintáticas de construções, quando muito frequentes, fortalecem-se e são preservadas.

Algumas formas irregulares de verbos muito frequentes, como o verbo *ser*, são bons exemplos de fortalecimento e preservação.

Essa teoria é inovadora ao passo que expande as concepções tradicionais sobre o modo como o léxico se estrutura. Primeiro, porque assume que a palavra é a unidade de estocagem. Segundo, porque, ao atribuir à frequência, seja *tipo* ou *de ocorrência*, um papel fundamental na formação do léxico, aponta para o uso como definidor desse léxico (FONTES MARTINS, 2003, p. 4).

Tendo em vista que a Fonologia de Uso sugere que as representações mentais são solidificadas a partir da experiência e do uso, adotamos, como modelo representacional, a Teoria de Exemplares (PIERREHUMBERT, 2001): este modelo propõe que o falante tem um conhecimento probabilístico da língua e que a frequência desempenha papel crucial na percepção e produção da fala. O modelo de exemplares assume que os elementos presentes nas representações mentais têm caráter gradual, sendo o detalhe fonético essencial na representação fonológica.

De acordo com este modelo, todos os itens lexicais são organizados (armazenados) em redes que mapeiam relações de similaridades semânticas e fonológicas, e as categorias como morfemas, sílabas e segmentos emergem a partir das relações estabelecidas entre os itens pertencentes a estas redes. Os exemplares mais frequentes, que são o protótipo para a categoria, tornam-se mais fortes, enquanto os menos frequentes enfraquecem e, gradativamente, deixam de ser usados (HAUPT, 2011, p. 176).

Sendo assim, a representação do processo de palatalização na escrita, nosso objeto de estudo, é gerenciada pelo léxico e motivada pela exposição da criança à alta frequência de uso de um padrão sonoro variável recorrente na fala dos adultos itabaianenses.

2.2. O processo de palatalização e a variação linguística

A palatalização, na perspectiva articulatória, “consiste no levantamento da língua em direção à parte medial [articulando os segmentos alveolopalatais] ou à posterior [articulando os segmentos palatais] do palato duro” (SILVA, 2003, p. 35). No Português Brasileiro (PB), este processo ocorre frequentemente com as consoantes coronais [t, d] seguidas da vogal alta anterior [i], como em: [‘ti.ə ~ ‘tʃi.ə] e [‘di.ə ~ ‘dʒi.ə], e antecedidas ou seguidas do glide palatal [y], como em: [‘pẽ.tu ~ ‘pe.tʃu] e [‘ã.dʒu ~ ‘a.dʒu]); com a consoante lateral [l] seguida do glide [y], como em: [fa.‘mi.l̃ə ~ fa.‘mi. lə]; e com a sibilante /S/ em coda silábica medial e final, como em [‘pã.tə] e [pa.‘i].

A palatalização da sibilante /S/ em coda silábica, como descrito anteriormente, trata-se de um fenômeno fonológico associado ao falar do estado do Rio de Janeiro. As realizações palatalizadas [tʃ, dʒ] antecedidas de glide palatal [y], por sua vez, constituem um processo fonológico associado ao falar de parte da região Nordeste, sobretudo aos falares sergipano, alagoano e baiano. As realizações palatalizadas [ʃ] da sibilante /S/ gozam de prestígio social: são consideradas “cultas” e “desenvolvidas” como os cariocas. As das coronais, no entanto, são socialmente estigmatizadas: são consideradas “incultas” e “subdesenvolvidas” como os sertanejos nordestinos:

[As] realizações [palatalizadas] antecedidas da semivogal palatal [y] [são] identificadas como *estereótipos*, como se observa no comentário do informante masculino, universitário, de faixa 2 [de 50 a 65 anos], de Aracaju, após a elocução [‘pej.tu], em resposta à questão “Em que parte da vaca fica o leite?": “O pessoal do interior e de poca cultura fala no *petcho* [[‘pe.tʃu]], o sertanejo costuma falar *petcho* [[‘pe.tʃu]]” (QSL 80) (MOTA, 2008, p. 2, sem grifo no original).

A palatalização das coronais [t, d] antecedidas de glide palatal [y] já foi objeto de estudos sociolinguísticos realizados por pesquisadores, como Mota (2008), com dados de fala de seis capitais nordestinas: Salvador, Aracaju, Recife, Maceió, João Pessoa e Teresina; e Santos (2011), com dados da fala sergipana e alagoana.

Mota (2008), em estudo realizado com 48 informantes, oito em cada capital e distribuídos, de acordo com a metodologia do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, pelos dois sexos (masculino e feminino), por duas faixas etárias (a primeira de 18 a 30 anos, e a segunda de 50 a 65 anos) e por dois níveis de escolaridade (fundamental incompleto e universitário), constatou que as capitais (variação diatópica) que apresentam os maiores percentuais e pesos relativos de consoantes palatalizadas [tʃ, dʒ] antecedidas de glide [y] são Maceió e Aracaju (60% e 27%, com pesos relativos de 0,88 e 0,56, respectivamente).

Em relação à faixa etária, os falantes mais velhos apresentam, em todas as capitais investigadas, maiores percentuais de variantes palatalizadas, enquanto os mais jovens, de variantes não palatalizadas [t, d], características da norma culta. Esta evidência, segundo Mota (ibid.), indica uma mudança em direção às não palatalizadas, mesmo nas capitais (Aracaju e Maceió) em que as palatalizadas predominam.

No que tange à escolaridade, são os falantes de nível fundamental que usam, com maior frequência, as variantes palatalizadas. Este fato evidencia o caráter estigmatizado dessas variantes e sua rejeição pelos indivíduos de maior escolarização, especialmente em situação de fala não espontânea (de maior monitoração). Isso se verifica, principalmente, em Aracaju, onde é bastante expressiva a diferença entre os dois níveis (com 48% e 0,81 de peso relativo nos informantes de nível fundamental e 3% e peso relativo de 0,12 nos universitários).

No que se refere ao sexo, são os informantes do sexo masculino, sobretudo os aracajuanos, os pessoenses e os soteropolitanos, que usam, com maior frequência, as variantes palatalizadas. Esta constatação corrobora a tendência de as mulheres utilizarem, com maior frequência, as variantes de prestígio, neste caso, as variantes não palatalizadas [t, d] (cf. LABOV, 2008 [1972], p. 281).

3.2. A palatalização na fala sergipana numa perspectiva sócio-histórica

Estudos sócio-históricos recentes, como o realizado por Santana (2008), defendem a hipótese de que a recorrência da palatalização das consoantes [t, d] na fala dos sergipanos é motivada não só por fatores linguísticos, como o traço palatal do glide [y], mas também por fatores sócio-históricos, como a colonização do território sergipano. Segundo o autor, a palatalização resulta do contato linguístico estabelecido entre os colonizadores portugueses e espanhóis, durante a União Ibérica (1580 – 1640) (período em que Portugal estava sob o domínio de Espanha), no território sergipano, uma vez que, no espanhol, também se fala: [ˈo.tʃo], [ˈpe.tʃo] e [ˈno.tʃe]. O nome (topônimo) dado à capitania de Sergipe, em 1590, pelo colonizador Cristóvão de Barros em homenagem ao Rei de Espanha, Felipe II: *Sergipe d'El Rey*, constitui uma evidência da influência do espanhol em Sergipe.

Embora a hipótese defendida pelo autor supracitado tenha respaldo sócio-histórico (há deusas semelhanças fonéticas entre a palatalização espanhola e a sergipana), não se pode afirmar que tal processo fonológico resulte exclusivamente do contato entre o português e o espanhol, pois diversas línguas indígenas e africanas também entraram em contato com o português, a partir do século XVI, em terras sergipanas. Ao contrário de Santana (ibid.), defendemos a hipótese de que a palatalização recorrente em Sergipe e em outros estados nordestinos, como Alagoas, Pernambuco e Bahia, resulta não só do contato com o espanhol, mas também com o *umbundu* ou *umbundo*, língua africana de origem *bantu* falada por cerca de 4 milhões de pessoas como primeira (L1) ou segunda língua (L2) em Angola.

Levantamos esta hipótese porque percebemos o reflexo da palatalização em textos (atas) escritos por africanos e afrodescendentes pouco escolarizados na Bahia oitocentista. Preservados em uma irmandade negra denominada Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada em 1832, os escritos constituem o *corpus* de análise da tese de doutorado de Oliveira (2006): *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Em palavras que apresentam contexto favorecedor da palatalização na fala de sergipanos, baianos, alagoanos e pernambucanos, como “feito”, “leitura”, “sujeitas”, “sujeito”, “muito”, “noite”, “leite”, “cuidado”, “cuidar”, “cuidei”, “cuidarão” (MOTA, 2008; SANTOS, 2011), ocorreu, na

escrita dos negros, o apagamento do grafema “i” (OLIVEIRA, 2006, p. 394-406), assim como ocorreu na escrita dos sujeitos informantes deste estudo,⁸ conforme veremos nos resultados e discussões.

Percebendo esta coincidência, realizamos um breve estudo sócio-histórico para verificarmos a origem dos primeiros negros africanos que chegaram a Sergipe para trabalhar na cultura canavieira. Segundo os registros, a entrada dos primeiros negros no território sergipano ocorreu no século XVII, sendo a maioria deles de procedência angolana (MOTT, 1986, p. 133-134). As principais línguas faladas pelos angolanos eram o umbundo, o kimbundu ou quimbundo e o kikongo ou quicongo.

O umbundo ou *Língua de Benguela* é uma língua de comércio no território angolano. Era a *língua universal* do Equador ao Cabo, de Angola a Moçambique; era a língua dos bienes, o povo mais conhecido na África austral. “Quem soubesse a língua dos bienes podia viajar por toda a África austral com a certeza de ser entendido por todos os povos *bantu*” (NASCIMENTO, 1894, p. 10).

O umbundu é falado com ligeiras alterações por todos os povos do Nano compreendidos entre os paralelos 11° e 15°, e entre a costa e o meridiano 18°; tais são: Bailundo, Bié, Huambo, Sambo, Galangue, Caconda, Quillongues, Luceque, Nhemba (ambuellas de entre Cunene e Cubango), Moma, Cangombe, etc. (ganguellas do Norte), e é perfeitamente entendido pelas numerosas tribos de leste e sul, que ocupavam a vastíssima zona compreendida entre as importantes vias fluviais, o Cubango e o Zambeze (ibid., p. 9 (prefácio)).

⁸ Na medida em que as consoantes favorecedoras do apagamento do glide [y] na fala da maioria dos brasileiros são as fricativas alveolopalatais [ʃ, ʒ] (peixe ~ pexe; beijo ~ bejo) e a vibrante simples /l/ (cadeira ~ cadera), e que as coronais /t, d/ não são contextos fonológicos favorecedores do apagamento do glide em questão na fala de brasileiros das regiões Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste (PEREIRA, 2004), conjecturamos, com base na Fonologia Autossegmental (BISOL; HORA 1993a), que o apagamento do grafema “i” na escrita, quando seguido de uma das referidas consoantes coronais, constitui não só a representação da monotongação, como descreveu Oliveira (2006), mas também a representação da palatalização das consoantes [t ~ tʃ, d ~ dʒ] condicionada pelo espriamento do traço palatal [-abⁿ] do referido glide na modalidade oral da língua. Acreditamos que o autor não considerou o apagamento do grafema “i” dos ditongos “ei” (feito), “oi” (noite) e “ui” (muito) como representação da palatalização porque, no momento da publicação de sua tese, ainda não havia trabalhos que descrevessem o modo como se dá a representação de tal fenômeno na modalidade escrita da língua (o de Santana (2015) é o pioneiro).

A primeira gramática do umbundo foi redigida em 1894, por José Pereira do Nascimento, médico da Armada Real de Portugal em Angola, com o propósito de auxiliar os colonizadores portugueses (militares, comerciantes, funcionários públicos) a adquirirem a língua veicular⁹ do país. Nessa gramática, descrevem-se os aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos do idioma. De acordo com Nascimento (ibid., p. 1): o alfabeto do umbundo é composto de quinze consoantes e cinco vogais (grafemas): a, e, i, o, u (como em português). As vogais “e” e “o”, quando finais, soam como na língua espanhola: [e, o]. As consoantes, por seu turno, dividem-se em simples, nasalizadas e compostas, como se observa no quadro abaixo:

Quadro 1 – Consoantes da língua umbundo

Consoantes	Grafemas	Descrição	Exemplos
Simple	h k l m n s t f v	<ul style="list-style-type: none"> • h é sempre aspirado. • k substitui q e c. • l representa um som líquido mais brando que o [l] do português, com aproximação para /R/. • m e n não nasalizam a vogal antecedente, mas sim a vogal ou consoante seguinte. • s tem o valor de [s] e nunca de [z] 	tokoka = tococa o-mba-la (m usa-se antes de b e p ; n antes de d , g e j) osoma = oçoma
Nasalizadas	b = mb d = nd g = ng j = nj p = mp	<ul style="list-style-type: none"> • g é sempre duro e nasal: nge = ngue, ngi = ngui. 	songela = songuela
Compostas	ch = tx nj = ndj	<ul style="list-style-type: none"> • ch tem o valor de [tʃ] • ndj tem valor de [ndʒ] 	ochikumbu = otzikumbu onjevo = ondjevo

Fonte: NASCIMENTO (1894, p. 2)

A consoante composta “ch” do umbundo tem a mesma pronúncia da consoante coronal palatalizada [tʃ], recorrente no português falado em Sergipe. Será que tal semelhança se trata apenas de coincidência? Tratar-se-ia se esta consoante não estivesse

⁹ Língua utilizada para a comunicação entre grupos que não têm a mesma primeira língua (CALVET, 2002, p. 48).

inserida no prefixo *ochi*-¹⁰ ([‘o.tʃɪ]), prefixo nominativo que forma a mais numerosa classe de substantivos (nomes) da língua umbundo: a quarta classe (nesta classe, “predominam os nomes de instrumentos, animais, utensílios, causas e funções como: *ochi-pa* (pele); *ochi-kepa* (osso grande); *ochi-ndele* (homem branco); *ochi-mbundu* (negro); *ochi-tungu* (construção, casa); *ochi-fuko* (cabelo); *ochi-bemba* (remédio); *ochi-kuto* (vestido, roupa); *ochi-landa* (presente); *ochi-mbulu* (burro (do port.)); *ochi-lombo* (acampamento); *ochi-na* (coisa))” (NASCIMENTO, 1894, p. 14)); se, no umbundo, não existisse o vocábulo *ochi* [‘o.tʃo] (conjunção conclusiva: portanto); e se a maioria dos negros africanos que chegou ao território sergipano, no século XVII, não fosse de procedência angolana.

No processo de aquisição de palavras, como “oito”, “coito”¹¹ e “noite”, os negros angolanos possivelmente transferiram para o português (língua-alvo) um dos mais frequentes padrões fonético-morfológicos do umbundo: o prefixo *ochi*-. Isto é possível porque, no umbundo, não há ditongos e porque o traço palatal do glide [y] que antecede a consoante coronal [t] na língua portuguesa favorece, simultaneamente, a palatalização da referida consoante, passando-a a [tʃ], e a redução do ditongo à vogal plena. Nessa perspectiva, a palatalização das consoantes coronais [t, d] na fala dos sergipanos resultaria da transferência direta de um padrão estrutural do umbundo para o português.

Acreditamos nessa transferência como hipótese a ser validada, porque, durante o desenvolvimento de uma segunda língua (L2), as bases de estruturação psíquica e os indícios da língua materna (LM) são solicitados:

¹⁰ Em umbundo, bem como em todas as línguas do grupo *bantu*, as palavras compõem-se de prefixos, radicais e sufixos. Os primeiros formam a chave da construção da língua, pois neles se baseiam a classificação e divisão das palavras, e a concordância das diversas partes da oração (NASCIMENTO, 1894, p. 5).

¹¹ Ao contrário de “quilombo”, “coito” era um termo muito comum na fala dos escravos sergipanos. Referia-se ao agrupamento de negros escravizados que fugiam principalmente de engenhos de cana-de-açúcar. Também chamados de “ranchos” e “mocambos”, os coitos eram constituídos de 10 a 15 indivíduos.

Uma vez dominada uma língua (L1), o domínio de uma segunda (L2), principalmente se o processo de aquisição tiver início na idade adulta, estará afetado por fatores como a semelhança e a dessemelhança entre a estrutura das mesmas e as culturas em jogo (VENTURI, 2010, p. 123).

Segundo Venturi (ibid., p. 127), a influência da língua materna ocorre no julgamento consciente ou inconsciente do aprendiz de que alguma coisa em L1 é semelhante ou exatamente idêntica à língua-alvo. A interferência é observada, principalmente, quando há a substituição ou a adaptação de uma palavra ou expressão da língua materna para a L2. No umbundo, como citamos, já havia a palavra *ocho*, que significava “assim”, “portanto”, e o prefixo nominativo *ochi-*.

A tese defendida por Venturi (ibid.) de que a produção fluente numa determinada língua necessita do desenvolvimento de automatismos que se refletem na realização adequada dos fonemas ou na entonação também reforça nossa hipótese, pois afirma que, quanto mais velho o aprendiz, menor sua flexibilidade para a aprendizagem de novos automatismos. Na medida em que a maioria dos negros capturados em África e importados para Sergipe era adulta, podemos inferir, com base na tese da autora, que muitos não pronunciavam certos fonemas da língua portuguesa (língua-alvo) de modo adequado, permanecendo, assim, em suas falas, marcas fonéticas da língua materna: o umbundo. O trecho abaixo extraído de Mott (1976, p. 25) exemplifica as dificuldades de aquisição da língua portuguesa (L2) e, conseqüentemente, de comunicação enfrentadas pela maior parte dos negros adultos recém-chegados de África ao território sergipano:

Aparecendo no distrito *um preto africano*, segundo me parece, dos que há pouco se tem desembarcado nos diferentes portos desta Província, o mandei pôr em segurança há 10 dias e, dentro deste período, não tenho podido vir no conhecimento a que senhorio pertence, isto porque *o mesmo ainda conserva a linguagem de seu nacionalismo e ainda nada se deixa entender* [...] [sem grifo no original].

Como o português também entrou em contato com o espanhol no território sergipano no final do século XVI e início do XVII, estudiosos podem alegar que: i) a palatalização não resulta exclusivamente do contato com o umbundo ou que ii) tal fenômeno resulta unicamente do espanhol, como defende Santana (2008), tendo em vista as semelhanças fonéticas entre as duas línguas (ambas, neolatinas) e a unificação dos impérios português e espanhol no início do processo de colonização (exploração e povoamento) do território sergipano.

Defendemos a hipótese da influência da umbundo porque, de acordo com o “Mapa Exato da População de Sergipe em 1834” (MOTT, 1976, p. 9), dos 160.452 habitantes, 58.208 (36,3%) eram pretos.¹² Os brancos (europeus e descendentes), que constituíam a elite do poder, representavam apenas 18,8% do total da população. “Se considerarmos que, para todo o Império do Brasil, em 1830, os brancos representavam 25% do total da população, verifica-se que, em Sergipe, a minoria branca era ainda em número mais reduzido” (ibid., p 10).

Somando o número de pretos com o de pardos, que representavam 44% da população, havia, em Sergipe, em 1834, 128.925 “não brancos”, que, por conseguinte, constituíam a maioria da população: 81,2%. Havia, em média, quatro pessoas de “cor” para cada branco (ibid., p. 10). Em 1872, os “não brancos” representavam 53,9% (126.465), enquanto os brancos apenas 21,21% (49.778) (FIGUEIREDO, 1988, p. 53). Em 1890, os pretos (14,77%) e mestiços (48,99%) representavam 63,76%, enquanto os brancos apenas 29,72%. Com efeito,

Trata-se de uma das mais altas “misturas” raciais ou étnicas do país, o que, ainda hoje, é fácil de constatar. É de se admitir a existência, no Estado, de contingente e mitigada democracia racial, a qual, na cama, no mato ou no chão, nasceu de baixo para cima, feita de gente, cheirando a povo (id., ibid., p. 55).

¹² Para efeitos censitários e também como critério de classificação social, a população de Sergipe, assim como do resto do Brasil, era dividida em quatro grupos: brancos, pardos, pretos e índios (MOTT, 1976, p. 9).

No que tange ao número de escravos, havia, no território sergipano, segundo o Recenseamento de 1834, 47.712 cativos (30% do total da população provincial), sendo 32.561 pretos (56%) e 15.251 (21,5%) pardos. Em 1819, os escravos representavam 22,7% dos habitantes do estado; em 1823, representavam 26% (MOTT, op. cit., p. 11). A maioria vivia na zona açucareira (o centro de decisão econômica da Província): São Cristóvão, Laranjeiras, Estância, Capela, Socorro, Itaporanga, Divina Pastora, Santo Amaro, Santa Luzia e Japarutuba (FIGUEIREDO, op. cit., p. 51). Em São Cristóvão, por exemplo, em 1829, constituíam 30% da população (MOTT, op. cit., p. 26). Em Japarutuba, em 1854, representavam 57% do total da população (1.557) (FIGUEIREDO, op. cit., p. 52).

Em 1874, Sergipe possuía 33.064 cativos, que representavam 19,1% do total da população. Este índice era superior ao dos demais estados nordestinos: Bahia (12,8%), Pernambuco (12,4%), Piauí (11,6%), Alagoas (10,3%), Paraíba (7,0%), Rio Grande do Norte (5,5%) e Ceará (4,4%). “A população escrava, no mesmo ano, era jovem. Dos 33,064 escravos registrados, só 3.012 (9,1% do total) tinham 51 anos ou mais” (ibid., p. 53).

Se levarmos em consideração o número de africanos e afrodescendentes existentes em Sergipe na primeira metade do século XIX; o analfabetismo dos escravos e a baixa escolarização da maioria de seus descendentes (de 1834-1849, dos 6.875 jovens negros livres (com idade inferior a 20 anos), apenas 3,9% tinham acesso à escola (MOTT, op. cit., p. 23)): “quando somos menos alfabetizados, falamos mais africanizado; quando somos mais alfabetizados, falamos mais aporuguesado” (CASTRO, 2015, p. 4); a ruralização e isolamento da província: “Sergipe era uma rica província ainda desconhecida na maior parte do Império” (FIGUEIREDO, op. cit., p. 50); e as constantes fugas (individuais ou em grupo) dos escravos e a formação de “coitos” (MOTT, op. cit., p. 33); perceberemos que há maior probabilidade de o umbundo e das demais línguas africanas terem influenciado o português falado em Sergipe do que o espanhol.

A etnolinguista Yeda Pessoa de Castro afirma, em entrevista concedida à Revista de História, em 1º de maio de 2015, que “a língua portuguesa que falamos hoje é culturalmente negra”: resulta da proximidade entre a estrutura silábica do português arcaico e a formação silábica das línguas africanas do grupo *bantu*, especialmente as do Congo e de Angola, que eram faladas por cerca de 75% dos quase 4 milhões de negros escravizados no Brasil. Segundo ela, o português arcaico e essas línguas africanas apresentam o mesmo tipo de estrutura silábica: consoante-vogal-consoante-vogal (CV-CV). Por conseguinte, “em vez de haver um choque, em vez da necessidade de emergir outro falar, um falar crioulo, houve simplesmente uma acomodação” (CASTRO, op. cit., p. 3).

Lucchesi (2012), com base no conceito de transmissão linguística irregular de tipo leve, defende que o contato do português com as línguas africanas no Brasil produziu um amplo processo de mudanças fonéticas e morfológicas na variedade da língua portuguesa adotada por afrodescendentes. Segundo o autor, a aquisição imperfeita da língua portuguesa por parte de milhões de escravos e a nativização dessa variedade defectiva de segunda língua entre seus descendentes contribuiu para a formação histórica do português brasileiro, particularmente de suas variedades populares. Sendo assim, procurar minimizar qualquer interferência dos negros africanos e afrodescendentes na formação da realidade linguística brasileira é perpetuar a visão preconceituosa de superioridade cultural e linguística do colonizador europeu frente às populações africanas (ibid., p. 47).

Outro fato que sustenta nossa hipótese é o resultado do estudo sociolinguístico realizado por Santos (2011): confrontando dados de fala coletados em três cidades sergipanas (Aracaju, Estância e Propriá) com quatro alagoanas (Maceió, Arapiraca, Santana do Ipanema e União dos Palmares), a fim de se verificar a frequência de uso da palatalização das consoantes coronais [t, d] antecedidas de glide [y] em Sergipe e Alagoas, a autora constatou que os falantes alagoanos (exceto os residentes em Santana do Ipanema (0,10)) palatalizam mais que os sergipanos e que União dos Palmares (0,75) apresenta a maior frequência de uso da palatalização das referidas consoantes, como se observa no gráfico abaixo.

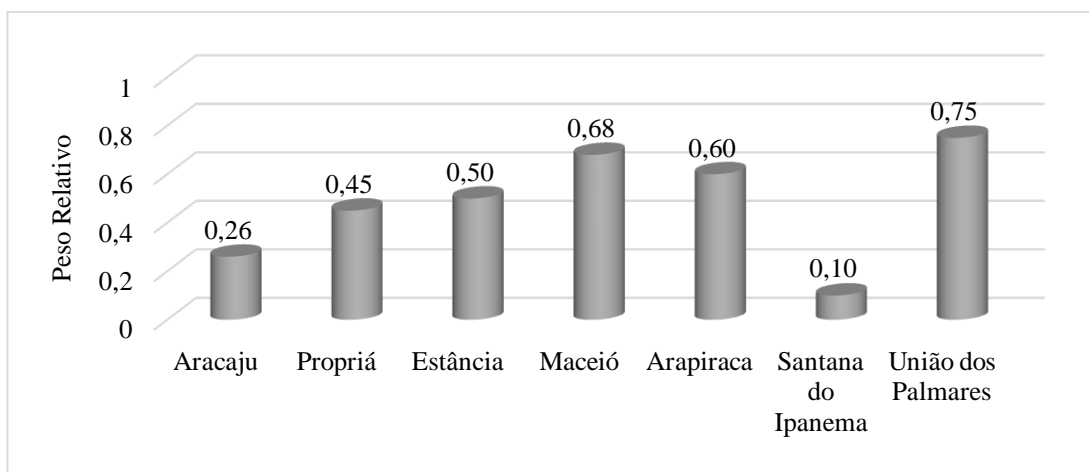


Gráfico 1 – Variação diatópica [t, d] depois de [y]
 Fonte: SANTOS (2011, p. 2)

Esta constatação reforça nossa hipótese, visto que a maioria dos palmarinos é afrodescendente. Em 2010, segundo o Censo Demográfico (cf. IBGE, 2010), os “não brancos” representavam 64,33% do total da população (62.358 habitantes), enquanto os brancos, apenas 32,72% (20.406). Dos 40.118 “não brancos”, 4.346 (10,84%) se consideraram pretos e 35.772 (89,16%), pardos. Este alto percentual de “não brancos” está relacionado, possivelmente, ao fato de União dos Palmares ter sido construída sobre o mocambo do Macaco, a sede (capital da república) do maior quilombo estabelecido no Brasil (no século XVII): o Quilombo dos Palmares.

Ocupando uma área de cerca de 27 mil km² e com aproximadamente 20.000 habitantes, Palmares era uma *república* formada por escravos africanos e afrodescendentes. Foi fundado por volta de 1580 por escravos fugidos de engenhos da capitania de Pernambuco e da Bahia. Instalado em uma das regiões mais férteis da capitania de Pernambuco, cedo prosperou, aglutinando, em seu redor, enorme número de ex-escravos. Em 1643, a população era de aproximadamente 6 mil. Constituído de vários mocambos, foi destruído, em 1694, pelas tropas do bandeirante português Domingos Jorge Velho.

Como a grande maioria dos quilombolas era de procedência angolana, Palmares era chamado de *Angola janga*, ou seja, *Angola pequena* (LUCCHESI, 2009, p. 66), e “acreditava-se que os palmarenses falavam um dialeto africano de tipo banto” (SILVA NETO, 1963 [1951], p. 85). Este dialeto a que se refere Silva Neto pode ser o umbundo, já que, segundo Nascimento (1894), era a língua veicular de Angola.

Embora existam fatores sócio-históricos e resultados de estudos sociolinguísticos recentes que sustentam a hipótese de que a palatalização no falar sergipano resulta do contato do português com o umbundo, acreditamos que somente através de estudos pancrônicos do Português Sergipano, em que sejam confrontados *corpora* diacrônicos (textos escritos (atas, cartas, bilhetes, etc.) por brancos e negros sergipanos no período colonial, como as atas das Irmandades Religiosas dos Homens Pretos (MOTT, 1976, p. 18)) e sincrônicos (textos orais (entrevistas, por exemplo) ou escritos produzidos por negros pouco escolarizados ou por crianças em fase de aprendizagem do sistema ortográfico da língua portuguesa, como os sujeitos-informantes desta pesquisa, residentes em comunidades quilombolas (comunidades rurais afro-brasileiras isoladas) sergipanas), conseguiremos identificar, de modo promissor, as línguas influenciadoras da palatalização das consoantes coronais [t, d] na fala sergipana.

Não defendemos que a palatalização resulta do contato do português com línguas autóctones, porque, em 1834, os índios sergipanos constituíam o grupo étnico menos numeroso e com nítidos sintomas de destribalização e marginalização: representavam apenas 0,90% dos moradores da Província (1.516 indivíduos) (ibid., p. 10). Se considerarmos que, “no final do século XVI, existiam aproximadamente 20.000 índios nas terras sergipanas, concluimos que o processo de depopulação de tais aborígenes já ia adiantado, resultando na inexistência de grupo indígena neste estado” (ibid., loc. cit.).

2.3. O reflexo da palatalização na escrita

A palatalização das consoantes coronais [t, d] e da sibilante /S/ em coda silábica medial trata-se de um fenômeno recorrente na fala de adultos e crianças itabaianenses, sobretudo na fala dos residentes nas zonas rural e rurbana, que têm pouco contato com textos escritos, baixo nível de competência leitora (cf. IBGE, Censo Demográfico 2010) e pouco acesso aos meios de comunicação de massa.

Acreditamos que a representação da palatalização nas produções textuais escritas dos sujeitos-informantes deste estudo é motivada, sobretudo, pela exposição à alta frequência de padrões estruturais que favorecem a palatalização das consoantes em estudo, usados diariamente no domínio familiar, pois, até os seis anos de idade, ano em que a criança começa a ser alfabetizada, o ambiente familiar é o principal domínio social¹³ em que ela está inserida:

As crianças, desde muito cedo, participam, por meio da oralidade, de diferentes situações de interação social: os adultos que as cercam falam perto delas e com elas. Vivenciado tais situações, as crianças adquirem sua língua materna e, quando chegam à escola, já interagem com autonomia (LEAL et al., 2007, p. 69-70).

Santos (2014), analisando a fala de crianças com seis anos de idade (fase final de aquisição da linguagem) residentes na zona rurbana do município de Itabaiana, a fim de verificar a presença/ausência do processo de palatalização na fala destas, constatou alta frequência de uso da palatalização das consoantes em estudo em seus registros orais. Segundo a autora, a presença de tal processo na fala dos sujeitos-informantes não se trata de desvio fonológico, mas de variação linguística condicionada, sobretudo, pela interação destes com seus pais no domínio familiar. Expostas diariamente à alta frequência de padrões que favorecem a ocorrência do fenômeno, como o traço palatal [-abⁿ] do glide [y] (gatilho da regra: [t ~ tʃ, d ~ dʒ]) (BISOL; HORA, 1993a, 1993b) e o traço palatal [-abⁿ] que se espraia no vazio (gatilho da regra: [s ~ ʃ, z ~ ʒ]) quando a

¹³ É um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais: conjunto de obrigações e direitos definidos por normas socioculturais e construídos no próprio processo de interação humana (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 23).

sibilante /S/ em coda silábica antecede as coronais [t, d] em posição de ataque (*onset*) da sílaba seguinte (“pasta” [ˈpaʃ.tə] e “desdobro” [dez.ˈdo.bʁu], por exemplo) (SANTANA 2015), as crianças armazenam as palavras palatalizadas em sua memória a longo prazo e transferem-nas para seus primeiros escritos.

Santana (2014), estudando o modo como vem se manifestando o processo de monotongação dos ditongos decrescentes orais /ay, ey, ow/ na produção textual escrita de crianças itabaianenses que já concluíram o ciclo da infância, percebeu o reflexo (marca) do processo de palatalização das consoantes em estudo nas palavras “feitiço” e “leite”, palavras essas que apresentam contexto fonológico desfavorável à monotongação do ditongo /ey/ na modalidade oral (cf. PEREIRA, 2004). Muitas dessas crianças, em seus escritos (recontos), apagaram o grafema “i”, que representa o glide /y/ do ditongo /ey/, resultando em palavras como: “fetiço” (possivelmente resultante da forma oral palatalizada [fe.ˈtʃi.su]) e “leti” (possivelmente resultante da forma oral palatalizada [ˈle.tʃi]).

Segundo Mollica (2008, p. 243), quando a variação ocorre temporariamente em produções textuais escritas de alfabetizandos, trata-se de uma variante estável: uma estrutura marcada que exerce pressão na direção da retração da mudança linguística. Quando ultrapassa a primeira etapa do Ensino Fundamental (etapa referente à alfabetização) e instala-se na escrita (chega à segunda etapa do referido ensino), trata-se, no entanto, de uma variante que apresenta efeito liberador de uma mudança linguística.

Motivados pelas evidências de que a palatalização das consoantes coronais [t ~ tʃ, d ~ dʒ] antecidas de glide palatal [y] (bem como inúmeros fenômenos linguísticos em variação) estende-se à escrita de crianças itabaianenses na primeira etapa do Ensino Fundamental, realizamos um estudo sistemático do fenômeno, a fim de identificarmos as prováveis variáveis linguísticas e sociais que condicionam sua representação na escrita, e de verificarmos se o grau de escolaridade favorece ou refreia o uso dessa representação bem como se a palatalização constitui, de fato, uma estrutura linguística estigmatizada.

Os resultados alcançados neste estudo visam auxiliar uma pedagogia da variação linguística que se proponha contribuir com a instrumentalização do pedagogo e do professor da Educação Básica, levando-os a refletir acerca dos possíveis fatores linguísticos, extralinguísticos e cognitivos que motivam a representação do fenômeno da palatalização na produção escrita de crianças itabaianenses que estudam em escolas rurais e, conseqüentemente, a desenvolver práticas de ensino de língua portuguesa que levem tais alunos a apropriarem-se do sistema ortográfico do português brasileiro, de modo a permitir a eles o acesso pleno à maior gama possível de recursos para que possam adquirir uma competência comunicativa mais ampla e diversificada, sem acarretar a desvalorização de sua variante linguística, adquirida nas relações sociais dentro de sua comunidade (BORTONI-RICARDO, 2004).

3. Metodologia

Esta pesquisa se apoiou, do ponto de vista teórico-metodológico, na Fonologia de Uso, com base nos postulados de Bybee (2003), procurando contemplar, de modo sistemático, os fatores que levam em consideração a frequência de uso da língua: frequência de ocorrência (*token frequency*) e frequência tipo (*type frequency*), e na Sociolinguística Variacionista, com base nos postulados de Labov (2008 [1972]) e Weinreich et al. (2006 [1968]).

3.1. Perfil dos sujeitos-informantes

Buscando atender às questões diastráticas e diatópicas, definimos o perfil dos sujeitos-informantes levando em consideração três critérios consagrados na coleta de dados em Sociolinguística, que servem para atestar que o informante é, de fato, alguém representativo da comunidade-alvo:

1. alunos que cursaram o primeiro e que cursam o segundo ciclo da alfabetização em escolas rurais (de povoado);
2. alunos nascidos e residentes em povoados do município de Itabaiana/SE;

3. alunos cujos pais também são nascidos na zonal rural do referido município e que não apresentam grande mobilidade geográfica (não tem viajado intensamente para outras localidades).

Definidos os critérios em relação ao perfil dos informantes, o próximo passo consistiu na elaboração do instrumento de coleta: preenchimento de lacunas.

3.2. A Coleta

Pretendendo coletar dados que favorecessem nossas hipóteses em relação aos principais fatores condicionantes da representação da palatalização na produção escrita de crianças itabaianenses que cursam os três últimos anos da primeira etapa do Ensino Fundamental, aplicamos uma atividade em que se solicitava o preenchimento de vinte e cinco (25) lacunas com palavras que apresentam contextos fonológicos favorecedores do processo de palatalização na modalidade oral, a saber: *biscoito, oito, dezoito, oitenta, muito*,¹⁴ *peito, doido, endoidou, noite, leite, cuidado, cuidam, feito, moita, feitiço, enfeitiçada, pasta, poste, pista, triste, tristeza, cesta, Nordeste e nordestino*. Pretendendo evitar perda de dados (que o aluno escrevesse palavras diferentes das esperadas), em todas as lacunas, inserimos o primeiro grafema do vocábulo que desejávamos que o aluno grafasse. A atividade foi aplicada entre abril e maio de 2015, em duas escolas (uma localizada no Povoado Cajaíba e outra, no Povoado Rio das Pedras) e em três turmas de cada escola. Em cada turma, a aplicação durou, em média, 1h/aula. Percebendo que seus alunos estavam transferindo a palatalização para a escrita, os seis professores, no término da aula, solicitaram cópias da atividade e, com nosso auxílio,¹⁵ reapplicaram-na na aula seguinte, mostrando aos alunos o contexto fonológico¹⁶ motivador do fenômeno em seus escritos.

¹⁴ Empregamos duas vezes a palavra *muito*. Em uma lacuna, exercia a função sintática de adjunto adverbial; em outra, de adjunto adnominal.

¹⁵ José Humberto dos Santos Santana e Evando Marcos dos Santos (Pesquisadores IC e coautores deste trabalho).

¹⁶ No momento da aplicação da atividade de coleta, já conjecturávamos, fundamentados em estudos sociolinguísticos variacionistas (MOTA, 2008; SANTOS, 2011), que o glide [y] que antecede as consoantes /t, d/ e a consoante /t/ que sucede a sibilante /S/ em coda silábica constituíam contextos

3.3. Constituição do *corpus*

Adotamos, neste estudo, três amostras (Amostra 1: consoante /t/; Amostra 2: consoante /d/; Amostra 3: Arquifonema /S/); cada amostra, constituída de noventa e seis (96) produções textuais escritas. Tendo em vista que, no Brasil, as salas de aula das redes públicas (municipal, estadual e federal) de ensino geralmente são heterogêneas no que se refere ao sexo dos alunos (a quantidade de alunos do sexo masculino costuma ser maior ou menor que a do feminino), a distribuição dos informantes das amostras se deu de modo assimétrico (irregular) nos dois sexos, nas três faixas etárias: A (8 anos), B (9 anos) e C (10 – 12 anos), e nos três níveis de escolaridade controlados.

Controlamos essas variáveis sociais porque acreditamos que o nível de escolaridade, a maturidade cognitiva e o sexo do aluno influenciam a compreensão das arbitrariedades do código escrito formal da língua. Como a palatalização das coronais antecedidas de glide [y] constitui um fenômeno variável estigmatizado pela norma “cultura”, e a escolaridade exerce pressão na manutenção das formas de prestígio da língua, especialmente através do ensino do código escrito, consideramos a escolarização o fator social mais relevante.

3.4. Cômputo dos dados

Adotamos, como *corpus* de análise, 2.139 ocorrências de representação/cancelamento do processo de palatalização na modalidade escrita, sendo 1.127 referentes à consoante /t/ (Amostra 1), 309 referentes à consoante /d/ (Amostra 2) e 703 referentes à consoante /S/ em coda silábica medial (Amostra 3). Os dados foram submetidos à ferramenta estatística GoldVarb X (SANKOFF et al., 2005), a fim de se verificar a frequência relativa das variantes dependentes controladas, bem como os pesos relativos dos grupos de fatores controlados nas amostras: o efeito de cada fator sobre o uso das variantes investigadas. Controlamos como variável dependente:

fonológicos favorecedores da escrita palatalizada. A seleção dos itens lexicais inseridos no instrumento de coleta corrobora isso.

representação/cancelamento da palatalização na escrita, como se observa no quadro abaixo.

Quadro 2 – Variável dependente

Variável dependente	Exemplos
<i>Representação</i> (presença/ausência de grafemas que marcam, na escrita, a palatalização de /t/, /d/ e /S/ em contextos de motivação linguística) / <i>cancelamento</i> (inserção do grafema “i” antes de /t/ e /d/, e de “s” antes de /t/)	OITO > “oto”; “otxio”; “otxo”; “otio”
	DOIDO > “dodo”; “dodjio”; “dodjo”; “dodio”
	PISTA > “pita”, ¹⁷ “pista”

Fonte: os Autores

3.5. Variáveis independentes controladas nas amostras

Controlamos oito variáveis independentes, sendo três de natureza extralinguística (externa) e cinco que levam em consideração o uso da língua.

Quadro 3 – Relação das variáveis independentes controladas

Variáveis extralinguísticas		
1. Faixa etária A: (8 anos) B: (9 anos) C: (10-12 anos)	2. Sexo Masculino Feminino	3. Escolaridade Ensino fundamental I (3º ao 5º ano)
Variáveis linguísticas		
Considerando a língua em uso, conforme tipologia de Bybee (2003)		
TOKEN FREQUENCY (Frequência de ocorrência de determinada palavra)	TYPE FREQUENCY (Frequência de uso de determinado padrão estrutural)	
a. muito, oito, biscoito, peito b. doido, endoidar, cuidado c. pasta, poste, pista,	a. Classes de palavras Não verbo Verbo c. Contextos fonológicos anteriores	b. Tonicidade da sílaba Tônica Átona d. Contextos fonológicos posteriores

¹⁷ Embora o apagamento da sibilante /S/ em coda silábica seja considerado uma marca de oralidade comum, neste estudo, consideramo-lo representação da palatalização [s ~ j] (marca de regionalismo não padrão), visto que, em Sergipe, palataliza-se, com frequência, a sibilante /S/ seguida de /t/ (onset da sílaba seguinte): [ˈpiʃ.tə] para “pista”.

	Glide palatal /y/ para /t/ e /d/ Vogais para /S/	Vogais para /t/ e /d/ Consoante dental /t/ para /S/
--	---	--

Fonte: os Autores

Quadro 4 – Distribuição dos informantes de acordo com as variáveis sociais controladas

Sexo	Faixa etária		Escolaridade (3º ao 5º ano)	Nº I
Feminino	A	(8 anos)	3º	20
	B	(9 anos)	4º	07
	C	(10 – 12 anos)	5º	26
Masculino	A	(8 anos)	3º	06
	B	(9 anos)	4º	16
	C	(10 – 12 anos)	5º	21

Fonte: os Autores

4. Análise e discussão dos resultados

Os resultados alcançados nas amostras evidenciam o modo como a palatalização das consoantes em estudo se manifesta na escrita dos sujeitos-informantes da pesquisa, bem como os grupos de fatores que a favorecem.

Na modalidade escrita, a representação da palatalização da consoante /t/ antecedida de glide palatal /y/ dá-se com: i) apagamento do grafema “i”, que representa o referido glide (redução, na escrita, do ditongo oral decrescente à vogal plena), como em: “peto” para *peito*, “mota” para *moita*, “fetiço” para *feitiço*; e com: ii) apagamento do grafema “i” e inserção simultânea do grafema “x”, como em: “otxo” para *oito*, sendo a primeira forma a mais frequente na escrita dos sujeitos-informantes. A representação da palatalização de /d/ também apresenta duas formas variantes: i) apagamento do grafema “i”, que representa o glide /y/ (redução do ditongo oral decrescente à vogal plena), e inserção simultânea do grafema “j” após a consoante /d/, como em: “dodjo” para *doido*; e ii) apagamento do grafema “i”, como em: “cudado” para *cuidado*. Os resultados evidenciam maior frequência de uso da segunda forma.

A palatalização da consoante /S/ em coda medial seguida de /t/, assim como /t/ e /d/ antecedidas de glide /y/, apresenta duas formas na escrita: i) supressão do grafema “s”, como em: “pata” para *pasta*, “pote” para *poste*, “trite” para *triste*, “nordetino” para *nordestino*; e ii) substituição do grafema “s” por “x”, como em: “pixta” para *pista*, “poxte” para *poste*, “trixteza” para *tristeza*. Os resultados indicam maior frequência de uso da primeira forma.

Embora os resultados demonstrem ocorrências de consoantes palatalizadas nas três amostras analisadas, a frequência de uso dos segmentos não palatalizados é superior à dos palatalizados. Como as realizações palatalizadas [tʃ, dʒ] das consoantes coronais em estudo são muito estigmatizadas pela escola: são consideradas “erradas” e “atrasadas”, a alta frequência de itens não palatalizados na escrita dos sujeitos-informantes das amostras pode estar relacionada à “ridicularização” (correção) da “fala palatalizada” do aluno na sala de aula. O cancelamento da escrita palatalizada dá-se com a inserção do grafema “s” (para as ocorrências da sibilante /S/) e com inserção do grafema “i” (para as ocorrências de /t, d/).

4.2. Variáveis independentes de natureza linguística (padrões estruturais)

O programa GoldVarb X (SANKOFF et al., 2005) considerou as variáveis *contexto fonológico posterior*, *contexto fonológico anterior* e *classes de palavras* favorecedoras da *representação da palatalização de /t/, /d/ e /S/* na produção textual escrita dos sujeitos-informantes das amostras.

a) Contexto fonológico posterior:

A variável *contexto fonológico posterior* favorece a *representação da palatalização de /t/*.

Tabela 1 – Frequência relativa da representação da palatalização da consoante /t/ - contexto fonológico posterior

Contexto fonológico posterior	Aplic./Total	%	Peso relativo
Vogal /a/	24/90	27	0,68
Vogal /e/	22/261	8,4	0,35
Vogal /i/	68/172	39,5	0,80
Vogal /o/	76/604	12,6	0,45
Total	190/1127	16,90	<i>Input: 0,15</i>

Fonte: os Autores

Os contextos fonológicos posteriores à consoante /t/ antecedida de glide /y/ favorecedores da palatalização de tal segmento, na modalidade escrita, são as vogais /a/ e /i/, pois apresentam os maiores percentuais de representação (27% e 39,5%, respectivamente) e pesos relativos (0,68 e 0,80, respectivamente).

O fato de as vogais /a/ e /i/ favorecerem a palatalização de /t/ na escrita dos sujeitos-informantes da amostra nos possibilita compreender, com base na Fonologia de Uso (BYBEE, 2003) e na Teoria de Exemplares (PIERREHUMBERT, 2001), que a alta frequência de uso dessas vogais na modalidade oral, em contexto posterior à consoante [t], palatalizada pelo espriamento do traço palatal [-abⁿ] (gatilho da regra) do glide [y] que a antecede, fortalece o modelo de representação da palatalização – palatalização /tj/ e acomodação do ditongo na sílaba seguinte, passando-o de DD (ditongo decrescente) para DC (ditongo crescente) – armazenado na memória a longo prazo (especificamente, na memória semântica) das crianças itabaianenses residentes na zona rural, tornando-o, assim, mais produtivo e acessível para o uso em outros itens lexicais que apresentem semelhanças fonológicas: em que /t/ também seja antecedida de glide /y/ e seguida das referidas vogais, como em *moita*, *feitiço* e *enfeitiçado*, e, conseqüentemente, recorrente em suas produções textuais escritas, nas quais se manifesta com apagamento do grafema “i”, que representa o glide /y/, ou com apagamento do referido grafema e inserção simultânea do grafema “x”.

Sendo assim, a escrita palatalizada não deve ser associada a problemas de aprendizagem, mas a materialização de itens lexicais armazenados em redes de similaridades fonológicas, como: [fe.'tʃi.su] = [ẽ.fe.tʃi.'sa.du] = [no.tʃi] = [le.tʃi] = ... /

[bis.'ko.tʃɪv] = ['ko.tʃɪv] = ['o.tʃɪv] = [de.'zo.tʃɪv] = ['e.tʃɪv] = ['fe.tʃɪv] = [de.'fe.tʃɪv] = ['pe.tʃɪv] = [hes.'pe.tʃɪv] = [di.'fe.tʃɪv] = [su.'ʒe.tʃɪv] = ... / ['mo.tʃɪə] = [ko.'tʃɪa.dv] = [ko.'tʃɪa.də] = as formas nominais [a.ko.'tʃɪã.dv / a.ko.'tʃɪa.dv / a.ko.'tʃɪah] e certas formas verbais de *acoitar* [(ele/ela) a.'ko.tʃɪə / (nós) a.ko.'tʃɪa.mvs] = ... /, na memória semântica da criança.

b) Classes de palavras

A variável *classes de palavras* favorece a *representação da palatalização da consoante /d/*.

Tabela 2 – Frequência relativa da representação da palatalização da consoante /d/ - classes de palavras

Classes de palavras	Aplic./Total	%	Peso relativo
Não verbo	12/152	7,9	0,40
Verbo	25/157	15,9	0,60
Total	37/309	12	<i>Input</i> : 0,11

Fonte: os Autores

Dentre as duas categorias morfológicas controladas na amostra, a mais favorecedora da palatalização da consoante /d/, na modalidade escrita, é a *verbal*, pois apresenta o maior percentual de representação (15,9%) e o maior peso relativo (0,60). Esta evidência nos permite inferir que a alta frequência de uso de verbos em que o glide /y/ palataliza a consoante /d/ na modalidade oral torna o modelo de representação da palatalização mais produtivo e acessível para o uso em verbos que apresentem similaridades fonológicas: em que o glide anteceda a consoante /d/, como nas formas verbais de *endoidar* (*endoidou* [ẽ.do.'dʒɪoʊ] = ...) e de *cuidar* (*cuidou* [ku.'dʒɪoʊ] = ...).

c) Contexto fonológico anterior

A variável *contexto fonológico anterior* favorece a *representação da palatalização da consoante /S/ em coda silábica medial*.

Tabela 3 – Frequência relativa da representação da palatalização da consoante /S/ - contexto fonológico anterior

Contexto fonológico anterior	Aplic./Total	%	Peso relativo
Vogal /a/	21/92	23	0,45
Vogal /e/	86/251	34,3	0,59
Vogal /i/	58/266	21,8	0,44
Vogal /o/	26/94	28	0,51
Total	191/703	26,77	<i>Input: 0,27</i>

Fonte: os Autores

O contexto fonológico anterior favorecedor da palatalização da sibilante /S/, na modalidade escrita, é a vogal /e/, pois apresenta o maior percentual de representação (34,3%) e o maior peso relativo (0,59). A vogal /o/, no entanto, não exerce nenhum efeito sobre as formas variantes, pois apresenta peso relativo muito próximo a 0,50 (0,51), ou seja, ao ponto neutro: “peso relativo que não produz nenhum desvio no uso da variante investigada em comparação com o nível geral indicado pelo *input*” (GUY; ZILLES, 2007, p. 239).

O fato de a vogal /e/ favorecer a representação da palatalização de /S/ nos permite compreender que a alta frequência de uso dessa vogal na modalidade oral, em contexto anterior à sibilante /S/ em coda silábica seguida de [t] (*onset* da sílaba seguinte), torna o modelo representacional da forma palatalizada [ʃ] mais produtivo e acessível para o uso em outras palavras fonologicamente semelhantes: em que a sibilante seja seguida de [t] e antecedida de [e], como em: *cesta* [ˈsɛʃ.tə], *estudo* [ɛʃ.ˈtu.du], *estado* [ɛʃ.ˈta.du], *nordeste* [nɔh.ˈdɛʃ.ti] e *este* [ˈɛʃ.ti] (e suas flexões de gênero e número).

4.3. Variáveis independentes de natureza extralinguística (sociais)

O programa GoldVarb X (SANKOFF et al., 2005) considerou as variáveis *escolaridade/idade* favorecedoras da *representação da palatalização de /t/, /d/ e /S/* na produção textual escrita dos sujeitos-informantes das amostras.

a) *Escolaridade/idade*

Tabela 4 – Frequência relativa da representação da palatalização das consoantes /t/, /d/ e /S/ - escolaridade/idade

*Consoantes em estudo				
C*	Escolaridade/idade	Aplic./Total	%	Peso relativo
/t/	3º (8 anos)	67/304	22,0	0,60
	4º (9 anos)	53/269	19,7	0,56
	5º (10 – 12 anos)	70/554	12,6	0,42
/d/	3º (8 anos)	17/87	19	0,66
	4º (9 anos)	9/82	11	0,49
	5º (10 – 12 anos)	11/140	7,9	0,41
/S/	3º (8 anos)	62/178	34,8	0,60
	4º (9 anos)	56/176	31,8	0,57
	5º (10 – 12 anos)	73/349	20,9	0,43

Fonte: os Autores

Dentre os três anos de escolaridade controlados, o terceiro, conforme se observa na tabela 4, é o principal favorecedor da representação da palatalização dos três segmentos consonantais em estudo na modalidade escrita, pois apresenta os maiores percentuais de escrita palatalizada (22% (consoante /t/), 19% (consoante /d/) e 34,8% (consoante /S/)) e os maiores pesos relativos (0,60, 0,66 e 0,60, respectivamente). O quarto favorece a representação das realizações palatalizadas de /t/ e /S/, mas não exerce nenhum efeito sobre /d/ (peso relativo 0,49). O quinto, em contrapartida, é o ano em que os alunos menos transferem o fenômeno para seus escritos.

Estas constatações corroboram nossa maior hipótese: a escolarização refreia a escrita palatalizada, ainda que o aluno esteja exposto, diariamente, à alta frequência de uso de padrões estruturais que a condicionam, pois, quanto maior a escolaridade do sujeito, maior sua compreensão em relação às arbitrariedades (irregularidades) do

código escrito formal da língua. Essa compreensão, segundo Votre (1992), resulta das estratégias de aprendizagem (das atividades de leitura e escrita) do sistema ortográfico empreendidas, constantemente, pela escola.

Como as estruturas que migram para a escrita refletem a fala, o fato de a representação da palatalização das consoantes /t, d/ ser refreada pela escola na primeira etapa do ensino fundamental comprova que as realizações palatalizadas [tʃ, dʒ] das referidas consoantes antecidas de glide palatal [y] trata-se de um estereótipo: variante socialmente estigmatizada (cf. MOTA (2008)). Chega-se a esta constatação porque, segundo Mollica (2008), quando a variação ocorre temporariamente em produções textuais escritas de alfabetizandos, durante o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, ou seja, quando não ultrapassa a primeira etapa do ensino fundamental, trata-se de uma estrutura marcada que exerce pressão na direção da retração da mudança linguística.

Considerações finais

Os resultados nos possibilitaram observar o modo como se dá a representação da palatalização das consoantes /t, d, S/ na produção textual escrita de alunos residentes na zona rural do município de Itabaiana, bem como delimitar os grupos de fatores linguísticos (padrões estruturais) e extralinguísticos (sociais) que a favorecem.

Fundamentados na Fonologia de Uso (BYBEE, 2003) e em seu modelo representacional, a Teoria de Exemplares (PIERREHUMBERT, 2001), constatamos que a alta frequência de ocorrência de determinados itens lexicais na zona rural de Itabaiana (SE), como as formas palatalizadas dos vocábulos *muito* ([ˈmũ.tʃũ]), *doido* ([ˈdo.dʒũ]) e *pasta* ([ˈpa.tə]), não favorece o uso da escrita palatalizada; e que a alta frequência de uso de padrões estruturais, como contexto fonológico anterior, contexto fonológico posterior e categorias morfológicas em que estão inseridos os segmentos consonantais em estudo, favorece a representação do fenômeno.

Com base na Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH et al., 2006 [1968]; LABOV (2008 [1972])), constatamos que o nível de escolaridade e a idade da criança condicionam a representação da palatalização: quanto menor o grau de

escolaridade/idade do aluno, maior a frequência de ocorrência de itens palatalizados em seus escritos. Esta evidência justifica-se pela imaturidade cognitiva do educando frente às arbitrariedades do código escrito formal da língua.

Esperamos que esses resultados conscientizem os professores, sobretudo os que trabalham com o Ensino Fundamental menor, quanto ao conjunto de parâmetros que favorecem ou inibem a escrita palatalizada, para que possam melhor orientar os alunos em relação aos ambientes fonológicos mais favorecedores da incidência da palatalização, pois conhecer os usos linguísticos (adequações e inadequações) e desenvolvê-los de modo sistemático constituem as precondições fundamentais à aprendizagem e ao domínio pleno do código escrito formal da língua.

Referências

- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é e como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. Por uma sociolinguística militante. In: BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 7-10.
- BISOL, L.; HORA, D. Palatalização da oclusiva dental e fonologia lexical. In: Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, 9., 1993, Coimbra. **Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993a. p. 61-80.
- _____. Palatalização da oclusiva dental e a fonologia lexical. **Letras**, Santa Maria, n. 5, p. 26-40, jan.1993b.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa (1º e 2º ciclos do ensino fundamental). Brasília: MEC, 1997.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Prova Brasil**: avaliação do rendimento escolar 2013. Brasília: Inep, 2013.

BYBEE, J. **Phonology and language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CAGLIARI, A. C. **Alfabetização e Linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2007.

CALVET, L. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. Marcos Marcionilo. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CASTRO, Y. P. "A língua portuguesa que falamos é culturalmente negra". [1 de maio, 2015]. Rio de Janeiro: Revista de História.com.br. Entrevista concedida a Marcello Scarrone.

FIGUEIREDO, A. O negro escravo em Sergipe: uma introdução ao seu estudo. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 16, n. 1, p. 45-56, jan./jun. 1988.

FONTES MARTINS, R. M. **A atuação do fator indivíduo nos fenômenos de mudança sonora**. Ouro Preto: UFOP, 2003. (Comunicação oral). Disponível em: <www.ichs.ufop.br/semanadeletras/viii/arquivos/trab/k4.doc>. Acesso em: 06 dez. 2014.

GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HAUPT, C. Contribuições da fonologia de uso e da teoria dos exemplares para o estudo da monotongação. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 167-189, jan./jun. 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: características da população – União dos Palmares/AL**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=270930&idtema=90&search=alagoas|uniao-dos-palmares|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-caracteristicas-da-populacao->>>. Acesso: 28 fev. 2016.

_____. **Censo Demográfico 2010: CNEFE – Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – Itabaiana/SE**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=280290&idtema=76&search=sergipe|itabaiana|censo-demografico-2010:-cnefe-cadastro-nacional-de-enderecos-para-fins-estatisticos->>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. **Censo Demográfico 2010: educação – Itabaiana/SE**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=280290&idtema=105&search=sergipe|itabaiana|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-educacao->>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. **Censo Demográfico 2010: população 2010 – União dos Palmares/AL**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=270930&search=alagoas|uniao-dos-palmares->>>. Acesso: 28 fev. 2016.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; MORAIS, A. G. Letramento e Alfabetização: pensando a prática pedagógica. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, D.; NASCIMENTO, A. R. (orgs.). **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. 2. ed. Brasília: MEC/SEB, 2007. p. 69-83.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: _____; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-73.

_____. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. **Estudos de Linguística Galega**, Santiago de Compostela, v. 4, p. 45-65, 2012.

MOLLICA, M. C. **Influência da fala na alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

_____. **Fala, letramento e inclusão social**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Aportes para uma teoria da mudança na escrita. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. **Anthony Jullius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p. 242-253.

_____. **Lacunas de letramento**. 2013 [no prelo].

MOTA, J. A. Como fala o nordestino: a variação fônica nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. In: Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 9., 2008, São Paulo – SP. **Anais do I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

MOTT, L. R. B. Pretos e pardos em Sergipe: 1774-1851. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 18, p. 7-37, 1976.

_____. **Sergipe del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: Governo de Sergipe, Secretaria de Estado da Educação e Cultura, Fundação Estadual de Cultura, 1986.

NASCIMENTO, J. P. **Gramática do umbundu ou Língua de Benguela**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

OLIVEIRA, K. **Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico**, v. 1. 2006. 471 f. Tese de Doutorado em Linguística – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2006.

PEREIRA, G. **Monotongação dos ditongos [aj], [ej], [ow] no português falado em Tubarão (SC): estudo de casos**. 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, Unisul, Tubarão, 2004.

PHILLIPS, B. Lexical diffusion, lexical frequency and lexical analysis. In: BYBEE, J., HOPPER, P. (Eds.). **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam: Benjamins, 2001. p. 123-136.

PIERREHUMBERT, J. B. Exemplar Dynamics: word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.). **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam: Benjamins, 2001. p. 137-157.

PRETI, D. **Sociolinguística: os níveis da fala - um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SANKOFF, D. et al. **GoldVarb X: a multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005.

SANTANA, J. H. S. Monotongação dos ditongos /ay/, /ey/ e /ow/ na escrita de crianças dos anos finais da primeira etapa do ensino fundamental de escolas públicas de Itabaiana (SE): uma abordagem sociolinguística. In: 25ª Jornada Nacional do GELNE, 10., 2014, Natal – RN. **Anais da XXV Jornada Nacional do GELNE**. Natal: EDUFRN, 2014.

_____. **Palatalização e ensino: quando a variação chega à escrita**. 2015. 153 f. Relatório de Pesquisa (PIBIC) – Curso de Letras Português, Departamento de Letras de Itabaiana, Universidade Federal de Sergipe – Campus Prof. Alberto Carvalho, Itabaiana, 2015. [Mimeo].

SANTANA, R. B. **Os Espanhóis em Sergipe Del Rey**. 2. ed. Aracaju: JAndrade, 2008.

SANTOS, A. A. **A palatalização na fala de crianças itabaianenses: estudo de caso**. 2014. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe – Campus Prof. Alberto Carvalho, Itabaiana, 2014.

SANTOS, A. M. O. As africadas baianas em Sergipe e Alagoas a partir dos dados do projeto ALiB. In: Congresso Nacional de Estudos Linguísticos, 10., 2011, Vitória – ES. **Anais do I Congresso Nacional de Estudos Linguísticos**. Vitória: UFES, 2011.

SCLIAR-CABRAL, L. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. A aquisição de padrões sonoros variáveis. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 101-110, set. 2004.

SILVA NETO, S. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: INL, 1963 [1951].

VENTURI, M. A. Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados. In: DEL RÉ, A (org.). **Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 113-134.

VOTRE, S. Escolaridade. In: MOLLICA, M. (Org.). **Cadernos didáticos UFRJ: introdução à sociolinguística variacionista**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. p. 75-79.

WEINREICH, U. et al. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].